



ENSINO DA ORALIDADE NA ESCOLA

Rossana Tavares de Almeida; Ana Raquel da Silva Dias; Íracles Andressa Sobreira

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), E-mail: rossana_tava@hotmail.com

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), E-mail: anarytchell@hotmail.com

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), E-mail: iraclesobreira@gmail.com

Resumo: Tudo aquilo que é Oral é que está relacionado ou diz respeito à boca. Remete-se a linguagem falada, o que é característica peculiar dos seres humanos. Nosso objetivo neste trabalho é trazer considerações feitas pelos estudiosos Bernard Schneuly e Joaquim Dolz, especialistas e responsáveis pela equipe de Didática de Línguas da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Genebra. Seus expostos servirão como base de pesquisa bibliográfica para o desenvolvimento e ensino da linguagem oral como gênero a ser ensinado na escola.

Palavras-chave: Oral, Ensino, Linguagem.

INTRODUÇÃO

O que é oral está relacionado a tudo que diz respeito à boca ou a tudo aquilo que é transmitido por ela. Remete-se à linguagem falada, o que é possível graças ao aparelho fonador humano. O objetivo desse trabalho é fazer um aprofundamento das ideias de Schneuly e Dolz (2004), para mostrar a importância da oralidade com um objeto de ensino. Partindo do exposto, iremos fornecer alguns subsídios a fim de caracterizar o oral como um gênero textual a ser ensinado na escola. Também apresentaremos uma estrutura base de uma sequência didática que servirá como ferramenta para que o professor elabore um esquema pedagógico voltado para o ensino de determinado assunto. Sua finalidade é ajudar o aluno a apropriar-se de domínio sobre o gênero, a fim de que ele seja habilitado a escrever e falar de uma maneira mais adequada, adaptando-se melhor em situações de comunicação.

Faremos abordagens sobre os gêneros orais como objeto de ensino, fundamentados nos estudiosos Scheneuwly, suíço, psicólogo, doutor em Ciências da Educação e professor da Universidade de Genebra, Joaquim Dolz e colaboradores, que discorrem sobre as contribuições, esclarecimentos e instruções sobre o que é e como ensinar o gênero oral, como uma importante ferramenta de trabalho escolar.



Assim, esse trabalho baseia-se em sua obra: *Gêneros orais e escritos na escola*, Capítulos 4 e 6 (2004). Eles descrevem o que vem a ser oralidade, bem como caracterizá-la como um gênero autônomo a ser ensinado na escola, que não tem sido visto de maneira particular, e sim como um recurso linguístico dependente da escrita.

A presente proposta de estudo do gênero oral surgiu em perceber a importância deste recurso linguístico indispensável para a construção dos saberes escolares. A criança, em sua fase inicial, chega no ambiente escolar com um domínio linguístico pré-estabelecido, o que dará ao professor a possibilidade de utilizar-se da linguagem de seus alunos para o desenvolvimento de um valioso trabalho voltado para o gênero oral.

METODOLOGIA

Esse trabalho é pautado em uma pesquisa qualitativa bibliográfica, conforme a perspectiva de Moreira (2008, p. 73-74).

A oralidade é a produção sonora em voz alta, uma transmissão criada pelo aparelho fonador. "O termo 'oral', do latim *os, oris* (boca), refere-se a tudo que concerne à boca ou a tudo aquilo que se transmite pela boca", discorrem Schneuwly, Haller e Dolz (2004, p.127).

Produto do aparelho fonador humano, o oral refere-se à linguagem falada, que ocorre a partir de um conjunto de sons produzidos pela laringe em conjunto com o sistema respiratório. Como parte deste sistema fonador temos a faringe, a boca e o nariz, que são cavidades que vibram com o impulso do sopro produzido pelos pulmões e formam ondas sonoras.

Existem diferenças características de cada emissão sonora na produção, bem como na articulação das vogais e consoantes, portanto descreve-se que o suporte acústico da fala é a voz. Alguns elementos não podem ser dispensados na construção sonora, que são os elementos prosódicos (acentuação e entonação), que formam juntamente com as consoantes e vogais, características fônicas.

Os autores fazem distinções entre dois tipos de oral: o oral "espontâneo" e a "escrita oralizada". O oral espontâneo trata do improvisado da fala em situação de interlocução, diferentemente da escrita oralizada, que é a vocalização de um texto escrito, por um leitor.

A produção da palavra é relacionada, por Schneuwly, Haller e Dolz (2004), como uma relação íntima com o corpo. Eles afirmam que o organismo pode captar as sensações produzidas pelo locutor, como medo e mal-estar, quando são expostas de maneira "involuntária de uma emoção



(aceleração do ritmo cardíaco, críspação dos músculos, sangue que aflui ao rosto, estrangulamento da voz)", captados ou não pela linguística e prosódia.

Portanto, a comunicação oral não se esgota somente na utilização de meios linguísticos ou prosódicos; vai utilizar também signos de sistemas semióticos não significantes, desde que codificados, isto é, convencionalmente reconhecido como significantes ou sinais de uma atitude. É assim que as mímicas faciais, posturas, olhares, a gestualidade do corpo ao longo da interação comunicativa vêm confirmar ou invalidar a codificação linguística e / ou prosódica e mesmo, às vezes, substituí-la (SCHNEUWLY, HALLER E DOLZ, 2004, p.134).

As emoções passadas na produção oral do falante, que se referem a comunicação não verbal decorrente da interação, podem atrapalhar sua transmissão, dependendo do que ele esteja transparecendo. Assim sendo, permitirá ao interlocutor fazer julgamentos sobre o domínio que este falante possui.

Há alguns recursos não-linguísticos importantes para a comunicação humana, como: os meios para-linguísticos (qualidade da voz, melodia, elocução e pausas, respiração, ridos e suspiros); meios cinésicos (atitudes corporais, movimentos, gestos, troca de olhares, mímicas faciais); posições dos locutores (ocupação de lugares, espaço pessoal, distância, contato físico); aspecto exterior (roupas, disfarces, penteado, óculos, limpeza); disposição dos lugares (imulinação, disposição de cadeiras, ordem, ventilação, decoração) (SCHNEYWLY; DOLZ, 2004, p. 134).

Discorrem os autores que a linguagem oral apesar de estar presente na rotina de situações comunicativas em sala de aula, não é ensinada, a não ser em "atividades diversas e pouco controladas". Alguns didatas, sociólogos, linguistas e formadores de professores (Wirthner, Martin e Perrenoud 1991; De Pietro e Wirthner 1996 apud Schneuwly, Haller e Dolz, 2004, p.125), afirmam que a linguagem oral e seu uso assume um lugar limitado no ensino escolar. Lacunas podem ser encontradas na formação de professores, em didáticas e metodologias que não são voltadas para o ensino do oral.

O domínio do oral nas crianças é decorrente das situações comunicativas em que elas estão inseridas, visto a partir da ontogênese. A fala é anterior a leitura e escrita, na maioria dos casos, ou seja, quando a criança chega na escola, já possui uma competência do oral.

Em sua relação com seus familiares, elas apresentam falas bem elaboradas, conseguem argumentar e persuadir seus interlocutores a favor de seus desejos. Pode-se considerar a aquisição do oral, nessa perspectiva, como uma "aprendizagem incidental".



Ao longo do percurso escolar, o aluno irá utilizar-se da linguagem oral, seja ela espontânea ou trabalhada. Daí podemos perceber a grande importância desenvolver-se a capacidade de linguagem oral.

As características do oral a serem ensinadas são fundamentais, a fim de promovê-las como um objeto de aprendizagem reconhecido no contexto escolar, como a exemplo da produção escrita, a gramática ou a leitura. Vejamos o que o estudioso Walter (1988, p. 225 apud SCHNEUWLY, HALLER E DOLZ, 2004, p. 137):

[...] a escrita está longe de representar uma "réplica exata" do oral. A escrita, vista como sistema de notação da linguagem oral, adquire um caráter incompleto e inexato. A transcrição do oral, que anota o fluxo do oral por meio de unidades descontínuas, coloca uma série de problemas para aqueles que têm de dar conta dos aspectos ligados às dimensões prosódicas; as convenções gráficas impõem uma ordem num domínio cujo mecanismos são complexos e ainda mal conhecidos.

A escrita não pode ser considerada como a representação fiel do oral, pois alguns recursos linguísticos e não-linguísticos vão descrever uma forma única e complexa de representação. Os meios não-linguísticos da comunicação oral não podem ser postos em um código escrito, já que tratamos de meios para-linguísticos, meios cinésicos, posição dos locutores, aspectos exteriores e disposição dos lugares, o que diz respeito a aspectos físicos impossíveis de serem descritos na linguagem escrita.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que tange o trabalho escolar, o ensino do oral apresenta-se de maneira não autônoma e é pouco compreendido, segundo as afirmações da linguística histórica, e de que ele "permanece bastante dependente da escrita". Como segue a ilustração feita por De Pietro e Wirthner (1996 apud SCHNEUWLY, HALLER E DOLZ, 2004, p. 139), em que abordam as práticas dos professores e apontam os seguintes pontos:

- o oral é principalmente trabalhado como percurso de passagem para a aprendizagem escrita;
- os professores analisam o oral a partir da escrita;
- o oral está bastante presente em sala de aula, mas nas variantes e "normas" escolares, a serviço da estrutura formal escrita da língua;
- a leitura em voz alta, isto é, a escrita oralizada, representa a atividade oral mais frequente na prática (70% dos professores entrevistados).



Isto posto, concebe-se que o "oral depende da escrita", mesmo que possamos encontrar uma visão do "oral puro", que se define como independente da intervenção escrita. Na perspectiva do ensino, esta afirmação parece insustentável, já que a maneira que o oral e a escrita se apresentam são múltiplas. Os alunos da fase inicial escolar, antes de adquirirem a leitura, aprendem a fazer interpretações orais de textos escritos, recitam poesias e desenvolvem ditados para o professor, discorrem Schneuwly, Haller e Dolz (2004, p. 140):

A leitura em voz alta de contos de fadas e de livros infantis é considerada por Grossmann (1996) uma das formas de iniciação das crianças na ordem escritural do texto. Daunay, Delcambre, Marquet e Sauvage (1996) analisam as relações oral/escrita nas trocas orais nos processos de compreensão de textos escritos e consideram que o oral toma aí uma forma de pré-escrita.

O oral e a escrita são formas distintas na situação comunicativa, contudo podemos convergir ambos em um determinado objetivo que é a produção de um texto oral ou escrito comparativamente complexo.

Assim sendo, uma metodologia que esteja focada no desenvolvimento da expressão oral não pode estar embasada em dar ênfase aos aspectos da fala, e sim que seja capaz de fazer relação de diversas práticas orais de linguagem e suas variações em detrimento da escrita.

Para embasar a constituição do oral como um recurso autêntico de ensino, é necessário que sejam esclarecidas práticas orais de linguagem a serem exploradas a escola, como também a definição de particularidades linguísticas e dos saberes práticos que serão aplicados.

É por meio de interação social, portanto, que a criança se apropria de mecanismos de linguagem. Faz parte de um processo contínuo de captação dos recursos linguísticos que são expostos a ela a todo o momento, permitindo, com isto, que ela internalize e construa seu mapa linguístico.

O desenvolvimento de atividades orais de linguagem conceitua os gêneros orais, que fazem parte do contexto escolar, como também extraescolar. Eles desenvolvem papéis indispensáveis, já que são oralizados na escrita. Destacaremos algumas formas indispensáveis de oralização da escrita, no contexto escolar: os poemas recitados, a *performance* teatral e suas diversas maneiras de leitura para um público. O que vai resultar em um "evento comunicativo, no sentido estrito, só acontece no momento em que se reúnem texto e voz em que o texto é ouvido", descreve Schneuwly, Haller e Dolz, (2004, p. 145).

Para efetivar a atividade de linguagem e comunicação, é preciso que sejam utilizadas regras "mais ou menos precisas", e, com isso, atingir o objetivo principal de reconhecimento do evento comunicativo, ou seja, a constatação do gênero explorado.



Os gêneros orais são considerados um conjunto de ferramentas que fazem a intervenção na atividade de linguagem comunicativa. O objetivo do ensino escolar é instruir o aluno como trabalhar a diversidade de gêneros existentes, priorizando os gêneros da comunicação pública formal.

A ênfase dada ao ensino dos gêneros orais públicos se dá pelo fato deles estarem pautados em especificidades que são delimitadas pelo exterior, o que requer do falante um domínio mais consciente e autônomo de competência linguística. Exemplificamos os gêneros orais públicos como sendo: "o conto oral, a conferência, a homilia, o debate, a entrevista jornalística, a entrevista profissional etc.", que delimitará o grau de formalidade dependendo do lugar social de comunicação. (SCHENEUWLY, HALLER E DOLZ, 2004, p.146). Sem uma intervenção didática, se torna praticamente inviável a aprendizagem pré-estabelecida das formas do oral. Com elas, poderão ser melhor exploradas as expressões no cotidiano de produção oral.

Definimos os gêneros de textos formais públicos como *objetos autônomos* que instruem o ensino do oral. A grande variedade de práticas de linguagem, que está pautada na interação social, permite uma autonomia ao gênero oral, pois nele pode ser atingido o ensino e a aprendizagem por si só.

As características específicas de cada gênero possuem a aplicação em seus meios linguísticos peculiares e em situações que tornam a comunicação legítima. Portanto, destacaremos características de dois gêneros que se situam em distintas categorias:

- os lugares sociais de produção (o rádio e a sala de aula) determinam contextos bem diferentes: os enunciadores desempenham papéis institucionais bem distintos; um destinatário conhecido que pode se implicar, na assembleia de classe, e um público desconhecido e ausente, na emissão de rádio;
- a finalidade das duas situações de comunicação é também distinta: num caso, trata-se de tornar a palavra para tentar resolver coletivamente um problema de organização da sala de aula; no outro, trata-se de informar eficazmente para permitir que o destinatário realize a receita de cozinha;
- a assembleia de classe é uma situação de diálogo entre um grupo de participantes; a receita de cozinha numa emissão de rádio enuncia-se geralmente na forma de monólogo;
- a organização textual, no primeiro caso, é congestionada, isto é, produzida, ao menos em parte, pelo próprio desdobramento da assembleia; no segundo caso, ela torna a forma de uma sequência cronológica de descrição de ações;
- o vocabulário e as formas linguísticas são evidentemente diferentes nas duas situações;
- a dicção aparece como uma exigência mais importante na emissão de rádio que na assembleia, na qual a presença do grupo, os conhecimentos compartilhados da situação, os implícitos, a possibilidade de utilizar gestos e mímica constituem outras fontes de informação. (SCHNEUWLY, HALLER E DOLZ, 2004, p. 148-149).

São fundamentais para o ensino as especificidades de cada gênero, e a partir delas podemos extrair recursos capazes de nos mostrar as características de cada um.

Exemplificando o exposto, analisamos que cada unidade de linguagem de competência do falante nos mostra características específicas de cada gênero oral, como: o uso do "*em minha*



opinião”, os conectivos argumentativos “*mas*” e as modalizações “*provavelmente, pode ser que, etc.*”, podem ser encontradas nas instruções da assembleia. Já na exposição da receita de cozinha, é possível encontrar verbos de ação “*cortar, misture, etc.*”, formas verbais postas no infinitivo ou no imperativo, como também organizadores enumerativos “*primeiro, em seguida, depois*”.

Em busca de respostas às perguntas que se constroem em torno do ensino do oral e da escrita, podemos considerar algumas questões essenciais para o desenvolvimento de atividades voltadas para a finalidade proposta, vejamos:

- permitir o ensino da oralidade e da escrita a partir de um encaminhamento, a um só tempo, semelhante e diferenciado;
- propor uma concepção que englobe o conjunto de escolaridade obrigatória;
- centrar-se, de fato, nas dimensões textuais da expressão oral e escrita;
- oferecer um material rico em textos de referência, escritos e orais, nos quais os alunos possam inspirar-se para suas produções;
- ser modular, para permitir uma diferenciação do ensino;
- favorecer a elaboração de projetos de classe. (DOLZ, NOVERRAZ E SCHNEUWLY, 2004, p. 81-82).

Tais critérios não são correspondidos de maneira satisfatória, o que acaba sendo insuficiente para o ensino de produção oral e escrita. Uma didática voltada para a obtenção de resultados que respondam às questões descritas, tem a finalidade de que cada produção oral no ambiente escolar sirva como ferramenta para que o aluno aproprie-se das técnicas e consiga transformar seu contexto de comunicação, ou seja, tornar o oral como um objeto de ensino sistemático.

Cada tipo de texto possui uma característica própria, e estas particularidades vêm descrever o que é um gênero textual. Seu formato vai permitir que o leitor consiga reconhecer a qual tipo de gênero que o texto pertence:

Quando nos comunicamos, adaptamo-nos à situação de comunicação. Não escrevemos da mesma maneira quando redigimos uma carta de solicitação ou um conto; não falamos da mesma maneira quando fazemos uma exposição diante de uma classe ou conversamos à mesa com amigos. Os textos escritos ou orais que produzimos diferenciam-se uns dos outros e isso porque são produzidos em condições diferentes. Apesar dessa diversidade, podemos constatar regularidades. Em situações semelhantes, escrevemos textos com características semelhantes, que podemos chamar de *gêneros de textos*, conhecidos de e reconhecidos por todos, e que, por isso mesmo, facilitam a comunicação: a conversa em família, a negociação no mercado ou o discurso amoroso (DOLZ, NOVERRAZ, SCHNEUWLY, 2004, p. 22).

Para que o aluno consiga domínio sobre os gêneros textuais, é preciso que a escola possibilite tais conhecimentos, a fim de que o objetivo da ação comunicativa seja alcançado. Com isto, é necessário que o professor consiga repassar o maior número de informações para seu aluno, possibilitando que este seja capaz de escrever, falar e interagir efetivamente em situações de comunicação. A ferramenta da



seqüência didática possibilita, à vista disso, uma possibilidade de entrada do aluno em práticas e usos da língua.

Em um primeiro momento, será exposto ao aluno que tipo de gênero será ensinado: "[...] o momento em que a turma constrói uma representação da situação de comunicação e da atividade de linguagem a ser executada" (DOLZ, NOVERRAZ, SCHNEWLY, 2004, p. 84).

Algumas considerações precisam ser feitas para que fique claro quais as características do gênero a ser trabalhado, são elas:

- Qual é o gênero que será abordado? Trata-se, por exemplo, da apresentação de uma receita de cozinha a ser realizada para a rádio escolar, de uma coletânea de contos a redigir, de uma exposição a ser proposta para a turma, da elaboração de instrumentos de montagem etc. Para esclarecer as representações dos alunos, podemos, inicialmente, pedir-lhes que leiam ou escutem um exemplo do gênero visado.
- A quem se dirige a produção? Os destinatários possíveis são múltiplos: os pais; outras turmas da escola; turmas de outras escolas; os alunos da turma; um grupo de alunos da turma; pessoas do bairro...
- Que forma assumirá a produção? Gravação em áudio ou vídeo, folheto, carta a ser enviada, representação em palco ou em sala de aula.
- Quem participará da produção? Todos os alunos; alguns alunos da turma; todos juntos; uns após outros; individualmente ou em grupo etc. (DOLZ, NOVERRAZ, SCHNEUWLY, 2004, p. 84-85).

Após a apresentação do gênero que será trabalhado, o professor irá diagnosticar que conhecimentos sobre o tema proposto o aluno já possui, ficando mais claro qual o potencial de cada aluno.

Na produção final, em que o aluno poderá colocar na prática todas as noções, como também as ferramentas de elaboração que foram usadas separadamente nos módulos. Dessa forma, será permitido ao professor uma avaliação somativa.

Na avaliação somativa será possível que o docente utilize as constatações feitas ao longo do processo:

O texto escrito possui características distintas do texto oral. No processo de escrita a produção inicial é construída permitindo uma reelaboração até chegar no produto final, ou seja, "o escritor pode considerar seu texto como um objeto a ser trabalhado, revisto, refeito, mesmo a ser descartado, até o momento em que o dá a seu destinatário" (DOLZ, NOVERRAZ, SCHNEUWLY, 2004, p. 94-95).

Diferentemente do texto oral, que segue um raciocínio divergente. A produção de uma palavra não poderá ser retrabalhada ou refeita. O que requer do falante uma dinâmica de percepção que consiga trabalhar a produção antes mesmo dela ser oralizada. Os autores discorrem sobre a produção do texto oral como: "[...] um produto de uma preparação profunda que, em situação não



supõe, de fato, mais do que variações devidas aos imprevistos da comunicação em ato" (DOLZ, NOVERRAZ, SCHNEULY, 2004, p. 95).

Os gêneros orais e escritos são um trabalho a ser desenvolvido em um conjunto de aprendizagens que tem suas características próprias, em variados tipos de textos. É suficiente demonstrar as finalidades que têm determinados agrupamentos didáticos, seguindo de maneira progressiva na escola. Vejamos o exposto pelos autores:

1. compreendam às grandes finalidades sociais atribuídas ao ensino, cobrindo os domínios essenciais de comunicação oral e escrita em nossa sociedade;
2. retomem, de maneira flexível, certas distinções tipológicas, da maneira como já funcionam em vários manuais, planejamentos e currículos;
3. sejam relativamente homogêneos quanto às capacidades de linguagem implicadas no domínio dos gêneros agrupados (DOLZ, NOVERRAZ, SCHNEULY, 2004, p. 101).

CONCLUSÃO

O oral é um fenômeno produzido pelo aparelho fonador humano. Este aparelho é formado pela boca, que em conjunto com a laringe e os pulmões, vão produzir a materialização do fonema e a manifestação da linguagem.

Normas sociais vêm reger o oral como um objeto de avaliação sempre referenciadas na escrita, o que acaba tornando obscuro um considerável número de características da comunicação oral. As regras e normas ensinadas na escola vão estar visivelmente voltadas à leitura e escrita, bem como as normas ortográficas permanecem como disciplinas que recebem privilégios no ensino.

Tendo em vista esta preferência, o presente trabalho faz uma abordagem voltada para o ensino do oral como um gênero a ser implementado na escola. Sabemos que a criança, em fase inicial de ensino, chega à escola com uma competência textual oral pré-estabelecida. A partir disso, a escola poderá utilizar-se desses recursos linguísticos produzidos em sala de aula, podendo estabelecer o ensino do oral como um mecanismo de passagem para a escrita, e não promover o conflito entre as duas linguagens, a escrita e a oral, que devem ser aprendidas e aprimoradas. O ensino do gênero o oral e escrito pode ser trabalhado em conjunto, sendo respeitados em suas particularidades.

Portanto, a proposta desse estudo é discutir o ensino do oral como um gênero textual a ser trabalhado na escola, a fim de promover uma valorização das produções linguísticas dos alunos, como encaminhamento para da escrita. Tendo em vista que não houve, no Curso de Letras, uma



proposta de estudo voltada para a oralidade, acreditamos que essa é uma lacuna que precisa ser preenchida.

A percepção dos discursos orais de algumas crianças, como elas utilizam a linguagem de maneira tão criativa e dinâmica, foi o que nos motivou na escolha do tema desse trabalho.

A linguagem oral possibilita diversas maneiras de ser trabalhada, recursos de linguísticos, e a partir deles podemos trabalhar uma didática na escola.

Sugerimos com o presente estudo que, o ensino do oral pode ser desenvolvido em sala de aula, como uma fonte rica de recursos linguísticos que podem e devem ser trabalhados, a fim de incentivar com criatividade as diversas maneiras que a linguagem se apresenta e como ela é utilizada nas diversas situações comunicativas.

REFERÊNCIAS

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard; HALLER, Sylvie. O oral como texto: como construir um objeto de ensino?. In: SCHNEUWLY B. & DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2004.

_____; NOVERRAZ, Michele. Sequências Didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY B. & DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2004.

MOREIRA, Herivelto. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O